



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 34ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810520

Processo nº **0016877-17.2019.8.17.2001**

AUTOR: JOSE ROBERTO SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

DESPACHO

Trata-se de Ação de Cobrança de seguro DPVAT em decorrência de acidente sofrido pela parte autora, que reside no mesmo município onde ocorreu o acidente, qual seja, Santa Cruz do Capibaribe/PE.

Verifico, entretanto, que a petição inicial não foi instruída com os documentos essenciais à propositura da ação (art. 320, CPC). Senão vejamos.

Não juntou aos autos **comprovante de residência do demandante**, não indicou CEP, o endereço indicado na inicial não confere com o endereço declarado para fins de atendimento no hospital (Id. 42296290, p 10) e, ainda, não há nos autos outro meio para que seja contatada a parte autora (tal como telefone residencial, celular ou e-mail).

Verifico, ainda, que a parte autora afirma, genericamente, que o acidente gerou *UMA SÉRIE DE LESÕES GRAVES, que resultou em DEBILIDADE PERMANENTE*, deixando de especificar o dano.

É o breve relato.

Passo ao despacho.



O **comprovante de residência** é documento essencial para a propositura da ação em questão já que a realização da perícia é indispensável para a quantificação e qualificação do grau da debilidade. E, com frequência, os advogados especializados nesse tipo de demanda, quando intimados da data da realização da perícia, requerem seja o **seu cliente** intimado pessoalmente, por carta, e, quando a intimação é infrutífera, requerem seja o **seu cliente** intimado por oficial de justiça.

É verdade que o §1º, Art. 319, CPC/2015 estabelece que, acaso o autor não disponha das informações previstas no seu inciso II, tais como domicílio e residência, pode, na inicial, requerer ao juiz diligências necessárias à sua obtenção. Todavia esse dispositivo não pode ser interpretado de tal maneira a permitir que a parte autora deixe de fornecer informações e documentos pessoais e indispensáveis ao bom andamento do processo, tal como **um endereço onde comprovadamente haja a prestação de serviço dos Correios**.

Acrescente-se, é comum - sobretudo nos casos em que **os advogados optam por distribuir** a ação na Capital, mesmo seus clientes residindo em comarcas do interior - demandas como esta durarem mais de 5 anos, única e exclusivamente, porque a **parte autora não é localizada a fim de ser intimada para produzir a prova pericial que a ela interessa**.

Constato, ainda, que na exordial, foi indicado um **CEP (56820-00)** que, em busca rápida pela Internet, indica logradouro no centro da cidade de Riacho das Almas e não a rua que indica onde reside a parte autora que, aliás, parece localizar-se em um povoado e não na cidade. E isso, aliado ao fato de que não foi indicado telefone da parte autora, inviabiliza a sua intimação e consequentemente a observância do Princípio da duração razoável do processo (art. 4º, CPC/2015 e Art. 5º, LXXVIII, CF/88).

Ademais, incorre na inobservância do Princípio da Cooperação (art. 6º, CPC) a parte autora tendo em vista que não coopera, com informação a ela disponíveis, para que haja uma duração razoável da demanda.

Ressalte-se, por oportuno, que o município referido além de ser sede de Vara Única, está a 128,6 Km de Recife e a 24Km de Caruaru-PE, sendo esta última uma comarca com 5 Varas Cíveis na qual são realizadas também perícias DPVAT, ocorrendo, inclusive, Mutirões de Perícia DPVAT.

Dessa forma, causa certa estranheza que a ação tenha sido distribuída no Recife e não em Caruaru, por exemplo. Aliás, é razoável concluir que a distribuição da presente demanda, em comarca que dificulta a locomoção do Demandante para produzir prova em seu favor, pode sugerir zelo reduzido do profissional em relação a sua cliente (art. 85, §2º, I, CPC-2015).

Em que pese a grande maioria das comarcas do Estado de Pernambuco estarem utilizando o Processo Judicial eletrônico(Pje), um grande feito desse Tribunal para facilitar as comunicações processuais e, consequentemente, proporcionar uma justiça célere e acessível, a propositura de processos de Cobrança DPVAT em Comarcas distintas do domicílio do autor caminham no sentido contrário da esperada justiça célere.

Registre-se que a intimação por carta por vezes resta frustrada sem que a parte autora tenha sido encontrada, ensejando a intimação por mandado (carta precatória) a pedido do próprio advogados especializados em demandas DPVAT que não conseguem se comunicar com seus clientes, contribuindo assim para a morosidade processual, inclusive com remarcações de perícias.

Importa salientar, o arrazoado acima não tem por objetivo sugerir que a falta de zelo e diligência muitas vezes verificada em casos semelhantes se aplicam aos patronos desta demanda. Na verdade, pretende levar à reflexão dos referidos profissionais no sentido de se questionarem se distribuir a presente demanda na Capital é o melhor para seu cliente, seja no que diz respeito



à duração razoável do processo, seja na obtenção de uma sentença de mérito favorável (obtida, apenas, quando realizada uma perícia e se essa for favorável).

Dessa forma, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial, para:

- 1- Explicar porque razão distribuiu a ação na comarca da Capital quando tem residência é comarca do interior;
- 2- Indicar se continua com o interesse de que a demanda permaneça neste juízo;
- 3- Acaso mantenha o interesse em que a demanda prossiga em Recife, juntar aos autos **comprovante de residência** e se o seu endereço não for alcançado pelo serviço dos Correios, deve a parte autora indicar endereço no qual, se comprometa, receberá as comunicações processuais; bem como indicar telefone;
- 4- Especificar a causa de pedir, isto é, do acidente de trânsito ocorrido em 13 de janeiro de 2018 que lesão sofreu (em que segmento do corpo)

Intimem-se.

Recife, 08 de abril de 2019

Lara Correa Gambôa da Silva

Juíza de Direito

34vcb1





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 34ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0016877-17.2019.8.17.2001
AUTOR: JOSE ROBERTO SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

INTIMAÇÃO DE DESPACHO - autor

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 34ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 43562705, conforme segue transcrito abaixo:

" DESPACHO Trata-se de Ação de Cobrança de seguro DPVAT em decorrência de acidente sofrido pela parte autora, que reside no mesmo município onde ocorrido o acidente, qual seja, Santa Cruz do Capibaribe/PE. Verifico, entretanto, que a petição inicial não foi instruída com os documentos essenciais à propositura da ação (art. 320, CPC). Senão vejamos. Não juntou aos autos comprovante de residência do demandante, não indicou CEP, o endereço indicado na inicial não confere com o endereço declarado para fins de atendimento no hospital (Id. 42296290, p 10) e, ainda, não há nos autos outro meio para que seja contatada a parte autora (tal como telefone residencial, celular ou e-mail). Verifico, ainda, que a parte autora afirma, genericamente, que o acidente gerou UMA SÉRIE DE LESÕES GRAVES, que resultou em DEBILIDADE PERMANENTE, deixando de especificar o dano. É o breve relato. Passo ao despacho. O comprovante de residência é documento essencial para a propositura da ação em questão já que a realização da perícia é indispensável para a quantificação e qualificação do grau da debilidade. E, com frequência, os advogados especializados nesse tipo de demanda, quando intimados da data da realização da perícia, requerem seja o seu cliente intimado pessoalmente, por carta, e, quando a intimação é infrutífera, requerem seja o seu cliente intimado por oficial de justiça. É verdade que o §1º, Art. 319, CPC/2015 estabelece que, acaso o autor não disponha das informações previstas no seu inciso II, tais como domicílio e residência, pode, na inicial, requerer ao juiz diligências necessárias à sua obtenção. Todavia esse dispositivo não pode ser interpretado de tal maneira a permitir que a parte autora deixe de fornecer informações e documentos pessoais e indispensáveis ao bom andamento do processo, tal como um endereço onde comprovadamente haja a prestação de serviço dos Correios. Acrescente-se, é comum - sobretudo nos casos em que os advogados optam por distribuir a ação na Capital, mesmo seus clientes residindo em comarcas do interior - demandas como esta durarem mais de 5 anos, única e exclusivamente, porque a parte autora não é localizada a fim de ser intimada para produzir a prova pericial que a ela interessa. Constato, ainda, que na exordial, foi indicado um CEP (56820-00) que, em busca rápida pela Internet, indica logradouro no centro da cidade de Riacho das Almas e não a rua que indica onde reside a parte autora que, aliás, parece localizar-se em um povoado e não na cidade. E isso, aliado ao fato de que não foi indicado telefone da parte autora, inviabiliza a sua intimação e consequentemente a observância do Princípio da duração razoável do processo (art. 4º, CPC/2015 e Art. 5º, LXXVIII, CF/88). Ademais, incorre na inobservância do Princípio da Cooperação (art. 6º, CPC) a parte autora tendo em vista que não coopera, com informação a ela disponíveis, para que haja uma duração razoável da demanda. Ressalte-se, por oportuno, que o município referido além de ser sede



de Vara Única, está a 128,6 Km de Recife e a 24Km de Caruaru-PE, sendo esta última uma comarca com 5 Varas Cíveis na qual são realizadas também perícias DPVAT, ocorrendo, inclusive, Mutirões de Perícia DPVAT. Dessa forma, causa certa estranheza que a ação tenha sido distribuída no Recife e não em Caruaru, por exemplo. Aliás, é razoável concluir que a distribuição da presente demanda, em comarca que dificulta a locomoção do Demandante para produzir prova em seu favor, pode sugerir zelo reduzido do profissional em relação a sua cliente (art. 85, §2º, I, CPC-2015). Em que pese a grande maioria das comarcas do Estado de Pernambuco estarem utilizando o Processo Judicial eletrônico(Pje), um grande feito desse Tribunal para facilitar as comunicações processuais e, conseqüentemente, proporcionar uma justiça célere e acessível, a propositura de processos de Cobrança DPVAT em Comarcas distintas do domicílio do autor caminham no sentido contrário da esperada justiça célere. Registre-se que a intimação por carta por vezes resta frustrada sem que a parte autora tenha sido encontrada, ensejando a intimação por mandado (carta precatória) a pedido do próprio advogados especializados em demandas DPVAT que não conseguem se comunicar com seus clientes, contribuindo assim para a morosidade processual, inclusive com remarcações de perícias. Importa salientar, o arrazoado acima não tem por objetivo sugerir que a falta de zelo e diligência muitas vezes verificada em casos semelhantes se aplicam aos patronos desta demanda. Na verdade, pretende levar à reflexão dos referidos profissionais no sentido de se questionarem se distribuir a presente demanda na Capital é o melhor para seu cliente, seja no que diz respeito à duração razoável do processo, seja na obtenção de uma sentença de mérito favorável (obtida, apenas, quando realizada uma perícia e se essa for favorável). Dessa forma, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial, para: 1- Explicar porque razão distribuiu a ação na comarca da Capital quando tem residência é comarca do interior; 2- Indicar se continua com o interesse de que a demanda permaneça neste juízo; 3- Acaso mantenha o interesse em que a demanda prossiga em Recife, juntar aos autos comprovante de residência e se o seu endereço não for alcançado pelo serviço dos Correios, deve a parte autora indicar endereço no qual, se comprometa, receberá as comunicações processuais; bem como indicar telefone; 4- Especificar a causa de pedir, isto é, do acidente de trânsito ocorrido em 13 de janeiro de 2018 que lesão sofreu (em que segmento do corpo) Intimem-se. Recife, 08 de abril de 2019 Lara Correa Gambôa da Silva Juíza de Direito 34vcb1 "

RECIFE, 9 de abril de 2019.

LAINE HANNA REIS RAPOSO
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 34ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0016877-17.2019.8.17.2001
AUTOR: JOSE ROBERTO SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que decorreu o prazo da intimação de ID 43622803 sem manifestação da parte autora. O certificado é verdade e dou fé

RECIFE, 4 de junho de 2019.

LAINE HANNA REIS RAPOSO
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 34ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810520

Processo nº **0016877-17.2019.8.17.2001**

AUTOR: JOSE ROBERTO SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

SENTENÇA

Vistos, etc...

JOSE ROBERTO DA SILVA, qualificado nos autos, ajuizou a Ação de Cobrança de Complemento de Seguro DPVAT (sic) em face de **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**.

No despacho Id nº 43562705, foi determinada a intimação para parte autora emendar a inicial, todavia a parte quedou-se inerte, conforme certidão (Id. 46188487).

É o relatório, sucinto.

Passo a decidir.

Cabia à parte autora emendar a inicial no prazo assinalado e não o fez, nada mais resta senão extinguir o feito por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

Houve oportunidade para a parte emendar a inicial, contudo não o fez.



Assim dispõe o art. 321, do CPC/2015:

Art. 321. *O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.*

Parágrafo único. *Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.*

Diante do preceito legal acima mencionado, outra saída não resta senão indeferir a petição inicial, já que houve clara determinação para emendar a inicial.

Dispõe o artigo 485, inciso I, do Código de Processo Civil/2015:

Art. 485. *O juiz não resolverá o mérito quando:*

I- indeferir a petição inicial;

Isto posto, com base no artigo 485, inciso I, do Código de Processo Civil/2015, extingo o processo sem resolução do mérito.

Sem honorários em razão da ausência de triangularização da relação processual.

Custas suspensas, pelo prazo de 05 anos (art. 98, § 3º, CPC/2015), em razão dos benefícios da justiça gratuita ora deferidos.

Transitada em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se, Registre-se. Intime-se.



Recife, 18 de junho de

2019.

Lara Corrêa Gambôa da Silva

Juíza de Direito

34ª – Seção B - 3





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 34ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0016877-17.2019.8.17.2001
AUTOR: JOSE ROBERTO SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - autor

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 34ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 46876198, conforme segue transcrito abaixo:

" SENTENÇA Vistos, etc... JOSE ROBERTO DA SILVA, qualificado nos autos, ajuizou a Ação de Cobrança de Complemento de Seguro DPVAT (sic) em face de COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. No despacho Id nº 43562705, foi determinada a intimação para parte autora emendar a inicial, todavia a parte ficou-se inerte, conforme certidão (Id. 46188487). É o relatório, sucinto. Passo a decidir. Cabia à parte autora emendar a inicial no prazo assinalado e não o fez, nada mais resta senão extinguir o feito por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Houve oportunidade para a parte emendar a inicial, contudo não o fez. Assim dispõe o art. 321, do CPC/2015: Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Diante do preceito legal acima mencionado, outra saída não resta senão indeferir a petição inicial, já que houve clara determinação para emendar a inicial. Dispõe o artigo 485, inciso I, do Código de Processo Civil/2015: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; Isto posto, com base no artigo 485, inciso I, do Código de Processo Civil/2015, extingo o processo sem resolução do mérito. Sem honorários em razão da ausência de triangularização da relação processual. Custas suspensas, pelo prazo de 05 anos (art. 98, § 3º, CPC/2015), em razão dos benefícios da justiça gratuita ora deferidos. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se, Registre-se. Intime-se. Recife, 18 de junho de 2019. Lara Corrêa Gambôa da Silva Juíza de Direito "

RECIFE, 19 de junho de 2019.

LAINE HANNA REIS RAPOSO
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 34ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0016877-17.2019.8.17.2001
AUTOR: JOSE ROBERTO SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO

Certifico para os devidos fins de direito que a Sentença prolatada no referido processo transitou em julgado.
O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 29 de julho de 2019.

TACIANA MARTINS AMORIM BARBOSA BARROS
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 34ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0016877-17.2019.8.17.2001
AUTOR: JOSE ROBERTO SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO

Certifico para os devidos fins de direito que, nesta data, arqueei definitivamente os presentes autos. O
certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 30 de julho de 2019.

TACIANA MARTINS AMORIM BARBOSA BARROS
Diretoria Cível do 1º Grau

